



## Projeto estabelece nova regra para distribuição do Fundo Nacional de Segurança Pública

**Para deputada, a distribuição dos recursos do fundo não vem refletindo as necessidades de cada estado; texto será analisado por três comissões da Câmara**

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



### Rosana Valle: é essencial corrigir a distorção existente hoje

O Projeto de Lei 599/24 proíbe a definição de percentual mínimo, por estado, para a distribuição dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). O texto, que está sendo analisado pela Câmara dos Deputados, também veda a criação de critérios diferentes dos já previstos em lei.

Autora do projeto, a deputada Rosana Valle (PL-SP) diz que, nos últimos anos, a distribuição dos recursos do fundo não vem refletindo as necessidades de cada estado.

“Na prática, os critérios técnicos definidos não estão em conformidade com a realidade dos estados, uma vez que critérios como área, tamanho da população e criminalidade não estão sendo adequadamente considerados”, argumenta a autora.

Segundo a lei que criou o FNSP, a distribuição dos recursos do fundo deverá ser definida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, considerando aspectos geográficos, populacionais e socioeconômicos dos entes federados.

### **Distorção**

A deputada ressalta, no entanto, que uma portaria do Ministério da Justiça estabeleceu em 2021 que cada estado brasileiro deve receber, no mínimo, 3,5% dos recursos do fundo, independentemente de qualquer critério, o que totaliza 94,5% do fundo.

“Os demais critérios de distribuição deixaram de ter importância, sendo responsáveis apenas por 5,5% do montante total do fundo, com o critério populacional respondendo por 1,1% do total”, diz a autora.

“É essencial corrigir essa distorção criada pelo Poder Executivo e fazer justiça com os estados mais populosos, onde há tipicamente maior necessidade de investimentos em segurança pública”, acrescenta.

### **Critérios técnicos**

Além do percentual mínimo, o regulamento estabelece 24 critérios técnicos para a distribuição de recursos do fundo:

- extensão territorial;
- população;
- efetivo das forças policiais;
- Índice de Vulnerabilidade Social;
- Índice de Desenvolvimento Humano;
- tráfico de drogas; entre outros.

Em 2024, o Fundo Nacional de Segurança Pública distribuiu R\$ 1,08 bilhão.

### **Tramitação**

O projeto será analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Murilo Souza

Edição - Marcia Becker

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## **O DIEESE divulga hoje, 04/04, os dados de março da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA)**

**DIEESE**

**Cálculo**

Em março de 2024,  
**o salário mínimo necessário**  
para manutenção de uma família  
de quatro pessoas deveria  
equivaler a **R\$ 6.832,20**



O DIEESE divulga hoje, 04/04, os dados de março da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA). No período, o valor do conjunto dos alimentos básicos aumentou em 10 das 17 capitais onde a pesquisa é realizada mensalmente.

### **Cestas mais caras**

- São Paulo (R\$ 813,26)
- Rio de Janeiro (R\$ 812,25)
- Florianópolis (R\$ 791,21)

### **Mais baratas**

- Aracaju (R\$ 555,22)
- João Pessoa (R\$ 583,23)
- Recife (R\$ 592,19)

Obs.: Nas cidades do Norte e Nordeste a composição da cesta é diferente das demais capitais

### **Salário mínimo necessário**

Em março de 2024, deveria ter sido R\$ 6.832,20  
4,84 vezes o mínimo de R\$ 1.412,00

### **Cesta x salário mínimo**

O tempo médio necessário para adquirir os produtos da cesta básica foi 108 horas e 26 minutos. Após desconto de 7,5%, referente à Previdência Social, o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu, em média, 53,29% do rendimento para adquirir os produtos em março.

A pesquisa completa está disponível no site do DIEESE  
<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2024/202403cestabasica.pdf>

02403cestabasica.pdf

# Bancários pedem suspensão e abertura de diálogo sobre a transferência das Loterias da Caixa para uma subsidiária

**Além do repasse de recursos para programas sociais do Governo Federal, rede de lotéricas permite a ampliação da capilaridade das unidades com serviços bancários para quase a totalidade de municípios do país**



Foto: Bruno Spada / Câmara dos Deputados

Representantes da categoria bancária e especificamente das empregadas e empregados da Caixa Econômica Federal foram unânimes, nesta quarta-feira (3), em audiência pública realizada pela Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, no pedido de suspensão do processo e abertura de diálogo com a sociedade para se debater a necessidade, ou não, da transferência das Loterias da Caixa para uma empresa subsidiária.

“Diante da importância das loterias e dos recursos que elas destinam para diversas políticas sociais, pedimos que esta transferência seja suspensa e se abra um processo de diálogo com a sociedade, o movimento sindical e o

parlamento, para que sejam colocadas sobre a mesa todas as questões sobre o tema”, disse a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira.

A falta de informações foi confirmada pela secretária adjunta de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, Simone Aparecida Vicentini, que disse que o ministério não tinha qualquer conhecimento sobre a proposta de transferência. “Solicitamos que a Caixa nos mandasse informações e esclarecimentos sobre a proposta, quando recebemos o convite para a participação na audiência pois não tínhamos recebido nenhuma informação até

aquele momento”, disse a representante do Ministério da Fazenda.

Juvandia apresentou dados que mostram que a arrecadação das Loterias Caixa chegou a R\$ 23,4 bilhões em 2023, e que 39,2% deste total (R\$ 9,2 bilhões) foram destinados a programas sociais do Governo Federal. “Entre eles o Fies, que permite que filhos de brasileiros consigam fazer um curso universitário graças aos recursos das loterias destinados à educação”, ressaltou a presidenta da Contraf-CUT.

Ela lembrou ainda que o presidente Lula retirou todas as privatizações da pauta do governo, mas, na hipótese de um governo liberal, pode haver o risco de perda destes recursos caso haja a transferência das Loterias da Caixa para uma subsidiária, pois a privatização de empresas subsidiárias pode ser feita sem a necessidade de aprovação pelo Congresso Nacional.

Os dados apresentados pela presidenta da Contraf-CUT também mostram que a importância das loterias também se deve à capilaridade da rede de lotéricas. “Por meio das mais de 13 mil lotéricas, a Caixa oferece serviços bancários e promove a bancarização dos brasileiros de quase todo o país”, observou Juvandia.

Para a deputada federal Erika Kokay (PT-DF), uma das autoras do requerimento da audiência, nada justifica a falta de transparência. “E, se queremos que a Caixa tenha condições de concorrência com as empresas de apostas, as chamadas bets, temos que investir e dar condições para que ela possa concorrer com estas empresas”, ressaltou a deputada, antes de lembrar que, no passado, as loterias no Brasil eram geridas por uma empresa dos Estados Unidos. “A Caixa internalizou esse processo e deu conta. Se existem problemas, basta a gente listar quais são que a Caixa encontra a solução”, completou.

O deputado federal Tadeu Veneri (PT-PR), que coordenou os trabalhos, listou as tarefas que precisam ser encaminhadas a partir desta audiência. “Precisamos convidar o presidente da Caixa para que ele esclareça este processo”, disse. “Além disso, duas situações precisam ser ressaltadas. A primeira é que não há transparência na arrecadação das bets. A outra é que a informação da possível transferência

da Caixa não veio por nenhum meio oficial, mas pela imprensa. E se um veículo de comunicação tem a informação, muito bem detalhada, como o Ministério da Fazenda não tinha essa informação? Por isso, temos que fazer essa resistência e exigir que haja transparência nesta proposta de transação”, completou.

### **Agilidade operacional e defasagem tecnológica**

Diante do argumento de que a transferência é necessária para que haja maior agilidade operacional e melhoria na área de tecnologia, o presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae), Sergio Takemoto, lembrou que a defasagem tecnológica da Caixa causa problemas não apenas na área de loterias, mas em todas as demais áreas. “O programa Pé-de-Meia, por exemplo, que acabou ser lançado pelo Governo Federal, tem causado filas enormes nas imediações do banco, e uma das causas é justamente o problema nos sistemas do banco. Então, é preciso sim se investir em tecnologia, pois nos últimos anos houve um sucateamento do banco, mas este investimento precisa resolver problemas em todas as áreas, não apenas os que estão relacionados às loterias”, disse.

A coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE), Fabiana Uehara Proscholdt, ressaltou que os empregados e seus representantes sindicais são talvez o segmento que mais cobra investimentos em tecnologia. “Mas, para além dos investimentos, é preciso que haja um debate sobre a gestão da Caixa”, pontuou.

“Além disso, justificar que colocar as loterias da Caixa em uma subsidiária vai melhorar e agilizar os processos não é uma verdade. Um exemplo disso é a Caixa Seguridade, que agora é administrada por uma subsidiária, tem problemas de sistema que acabam gerando retrabalho para os empregados do banco”, afirmou.

**FONTE: CONTRAF**

# Empresas do Distrito Federal divulgam anúncios vazios para ofertar vagas para pessoas com deficiência

## As publicações das oportunidades de emprego são apresentadas de maneira rasa na maioria dos casos

De acordo com a Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, também conhecida como Lei de Cotas, as empresas brasileiras com mais de 100 empregados estão obrigadas a reservar de 2% a 5% de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência para cumprir com a Cota Legal.

1. Classificados do Correio Braziliense

Anúncios publicados de maneira incompleta são obstáculos para a contratação de pessoas com deficiência. Ao longo de 2023, 32 empresas sediadas no Distrito Federal divulgaram 319 anúncios de vagas nos Classificados do jornal Correio Braziliense. A empresa Valor Ambiental Ltda. fez o maior número de anúncios, 41 ao total, confira:

Tabela 1 - Empresas e quantidade de anúncios em 2023

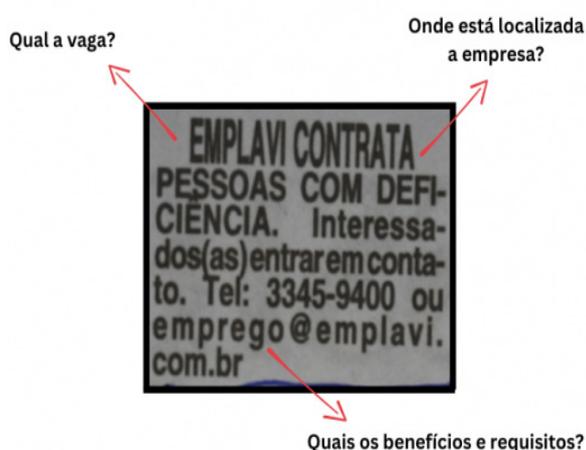
Nome da Empresa	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Quant.de anúncios
Valor Ambiental Ltda.	4	3	4	4	4	X	3	4	3	4	4	4	41
Esparta Segurança Ltda.	2	2	2	3	2	1	2	2	2	2	3	1	24
Dinâmica Facility Administração Predial Ltda.	2	3	2	3	1	1	2	2	2	2	3	1	24
Emplavi Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1	1	2	2	2	X	2	2	1	1	1	1	16
R2 Serviços Empresariais	1	1	1	1	1	1	2	X	X	1	1	X	10
Atacadão Dia a Dia S.A.	1	1	1	X	X	1	x	2	1	X	1	1	9
Sempre Alerta Gestão Empresarial e Serviços Gerais	1	1	1	1	1	1	1	X	X	1	1	X	9
Subtotal	12	12	13	14	11	5	12	12	9	11	14	8	133
Outras empresas	10	11	10	5	21	44	9	23	26	10	9	8	186
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>23</b>	<b>23</b>	<b>19</b>	<b>32</b>	<b>49</b>	<b>21</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>21</b>	<b>23</b>	<b>16</b>	<b>319</b>

Fonte: Trabalho e Formação Profissional dos Classificados do Correio Braziliense

Em regra geral, os anúncios são apresentados de forma incompleta: não constando a atividade a ser exercida pelo candidato, carga horária, benefícios oferecidos, endereço do local do trabalho e horário de funcionamento.

Na avaliação do anúncio da Figura 1, a empresa Emplavi Empreendimentos Imobiliários Ltda. não fez contar a descrição da vaga e as condições permanecem implícitas. Em qual endereço o candidato deve se apresentar a vaga, por exemplo.

**Figura 1 - Anúncio da Emplavi Empreendimentos Imobiliários Ltda.**

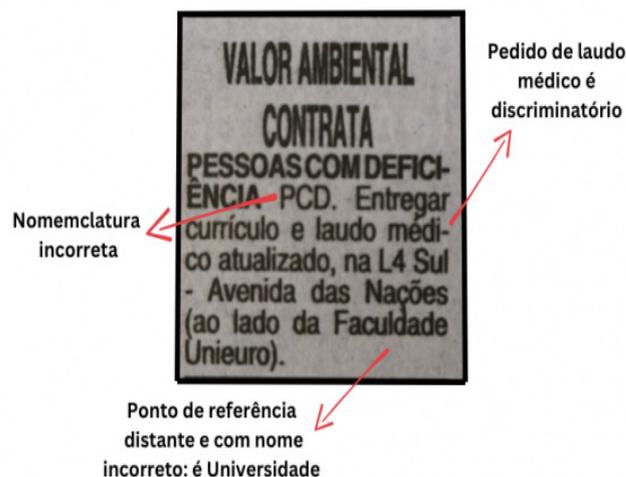


Fonte: Classificados do Correio Braziliense do dia 19 de janeiro de 2023

Muitas das vagas ofertadas são para nível básico, na limpeza, conservação e asseio, demonstrando a falta de opções para pessoas no nível médio e superior.

Em uma análise ainda perfunctória, até a nomenclatura utilizada nos anúncios é equivocada, ficando muito próxima da discriminação. “Portador de Necessidades Especiais” é uma terminologia que já não é mais utilizada, assim como a sigla “PcD”. Discriminatório, também, é exigir laudo médico, apresentação de Classificação Internacional de Doenças (CID) e foto do participante no processo seletivo, além de outras exigências descabidas.

**Figura 2 - Anúncio da Valor Ambiental Ltda.**



Fonte: Classificados do Correio Braziliense do dia 21 de novembro de 2023

No anúncio da Figura 2 da Valor Ambiental Ltda., a empresa exige currículo sem mencionar as atribuições e exigências da função, além de omitir o local do recrutamento, que está localizado a meio quilometro do ponto de referência apresentado.

## 2. Empresas são obrigadas a contratar pessoas com deficiência

Entre muitas empresas, destaque para Esparta Segurança Ltda., Valor Ambiental Ltda. e Brasfort Administração e Serviços Ltda., que já foram alvo de Processos decorrentes de Ações Civis Públicas (ACP) ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal (MPT-DF) por descumprimento da Cota Legal de pessoas com deficiência.

A Valor Ambiental Ltda., na época do ajuizamento da ACP, foi obrigada a contratar um total de 155 empregados para se adequar, enquanto a Esparta Segurança Ltda. deveria suprir um déficit de, no mínimo, 152 pessoas com deficiência.

### Figura 3 - Anúncio da Taguatur Taguatinga Transportes e Turismo Ltda.



Sem informações sobre a vaga em questão

Fonte: Classificados do Correio Braziliense no dia 12 de novembro de 2023

O anúncio da figura 4 da Taguatur Taguatinga Transportes e Turismo Ltda. foi feito em apenas três linhas, não possuindo informações úteis para o candidato.

É comum as empresas penalizadas informarem que não têm economizado esforços para cumprirem a determinação legal, mas, segundo o procurador do Trabalho Paulo dos Santos Neto, “não basta a mera publicação de anúncios em jornais se a empresa não demonstra que empreendeu uma verdadeira busca ativa dessas pessoas, oferecendo-lhes a oportunidade de, pela capacitação adequada, formarem-se adequadamente para a assunção de um cargo na empresa. A política da empresa deve estar voltada para o cumprimento de fato da lei e não apenas passar a impressão de que esforços estão sendo empreendidos”.

### 3. Boas práticas utilizadas pelo setor de recrutamento de pessoas

Ao anunciar uma vaga de trabalho, o setor de Recursos Humanos de uma empregadora deve se atentar a pontos como o canal de publicação escolhido. De preferência, deve optar por mais de um formato. Além do escrito em jornais, por exemplo, o anúncio na internet com ferramentas de acessibilidade demonstrou ser

mais completo para pessoas com deficiência.

O anúncio deve conter: as responsabilidades e atribuições com descrição das atividades exercidas, requisitos e qualificações, como a formação escolar ou cursos, horário da vaga e os benefícios.

Um exemplo de anúncio na página da internet é o do Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A., que em seu site faz um anúncio completo, listando benefícios como Vale Transporte ou Auxílio Combustível, Vale Alimentação ou Refeição, Plano de Saúde e Odontológico, Licença Maternidade e paternidade estendida, Seguro de Vida, Auxílio Noel, descontos em estudos, produtos e diversão.

Além de as informações sobre a vaga na página da internet, o Laboratório conta com itens de acessibilidade: recurso em libras, um leitor de texto, modo de leitura que altera o layout do site apenas com as informações textuais, máscara de leitura para destacar o texto, possibilidade de alterar o tamanho de fonte, espaço entre linhas e letras e o contraste de cores do fundo.

### Figura 4 - Ícone de acessibilidade em páginas de internet para pessoas com deficiência



Ícone de acessibilidade em páginas de internet

Fonte: Sites do Grupo Sabin e da Brasal

Outro exemplo é a Brasal Refrigerantes S/A, que além dos recursos na página de internet e informações completas a respeito da vaga, oferece vaga de analista fiscal pleno em nível superior, demonstrando que cargos superiores podem ser ocupados por pessoas com deficiência.

**Figura 5 - Página de internet da Valor Ambiental, o ícone “Trabalhe Conosco” está fora do ar**



O arquivo da class (CmsConteudo) não foi encontrado.

Ao clicar no item “Trabalhe Conosco”, a página está fora do ar (acesso em 15/3 às 9h38).

Fonte: Site da Valor Ambiental

Nosite da Valor Ambiental, como demonstrado na Figura 6, não há recursos assistivos (de acessibilidade) e a página “trabalhe conosco” estava fora do ar, no dia do acesso (15/3 às 9h38), dificultando a contratação e difusão da oferta da vaga pela internet.

Portanto, a escolha do canal de anúncio é determinante para o acesso da informação

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

sobre a vaga. Uma mera colocação simplificada nos Classificados de jornais não demonstra efetividade da estratégia dos recrutadores, que devem buscar outras maneiras acessíveis para o preenchimento de vagas.

#### 4. Trabalho como inclusão

A dimensão do trabalho como realidade social é essencial à atividade humana, contribuindo para a satisfação de necessidades não apenas econômicas, mas psicológicas e sociais. Compreender a deficiência como uma manifestação da diversidade é demonstrar a mudança na compreensão do corpo com deficiência, trazendo melhores instrumentos para o modo como a sociedade deve se organizar para promover justiça às pessoas com deficiência e colocando em evidência a garantia dos direitos de cidadania dessas pessoas, que representam 18,6 milhões da população brasileira, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

De acordo com o Guia “Incluir: o que é, como e por que fazer” do Ministério Público do Trabalho e da Organização Internacional do Trabalho, “a inclusão nos convida a olhar e identificar seus talentos, potenciais e habilidades. Importante notar que a deficiência é inerente à pessoa. Não se carrega, não se porta, não se leva consigo, como se fosse um acessório ou um objeto de reposição”. Para ler a íntegra do guia sobre inclusão de pessoas com deficiência, clique aqui.

Fonte: MPT 10º REGIÃO

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF